

feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

FEAM	
Protocolo nº: 269388106	FL. Nº 14
Divisão: Proteção	
Mat.:	Visto:

ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - CONSELHO

Processo nº: 8334/2005/001/2006

Assunto: Auto de Infração nº F672/2006

Interessado: MINERAÇÃO E COMÉRCIO BARAÚNA LTDA., infração gravíssima, empreendimento de médio porte.

PARECER JURÍDICO

RELATÓRIO

1 – A empresa foi autuada como incurso no artigo 87, II, do Decreto nº 44.309/06, pela seguinte irregularidade:

“1 – A empresa estava realizando atividade de extração de quartzito sem licenciamento ambiental, sendo constatada existência de degradação ambiental, caracterizada pela disposição inadequada de rejeitos/estéreis ausência de sistema de drenagem pluvial e estando a base do talude da pilha de rejeitos/estéreis a menos de trinta metros do recurso hídrico, área de preservação permanente”, com acréscimo da incidência de agravante e aplicação da penalidade de suspensão das atividades prevista na legislação ambiental.

2 - O processo administrativo encontra-se formalizado e o autuado recebeu o Auto de Infração em 05/12/2006.

3 - O autuado apresentou defesa protocolada tempestivamente em 15/12/2006, data do protocolo de fls. 06.

4 – Contudo, a referida defesa não foi instruída pelo autuado contatamos ausência de procuração; ausência de identificação completa do autuado com o documento de inscrição do empreendimento no Ministério da Fazenda, CNPJ, conforme preceituava o artigo 35, II, do Decreto nº 4309/2006, abaixo transcrito:

*“Art. 35 – A peça de defesa deverá conter os seguintes dados:
(...)*

II – identificação completa do autuado, com a apresentação do documento de inscrição do Ministério da Fazenda (CPF ou CNPJ) e, quando for o caso, contrato social e última alteração;”

5 – Já sob a vigência do Decreto nº 44844/2008, que revogou o Decreto retrocitado, o autuado deverá ser notificado para **emendar** sua peça, **no prazo de dez dias**, caso esta não apresente todos os requisitos formais do artigo 34, nos termos do artigo 35, §1º, **sob pena de aplicação da penalidade:**

J

“Art. 35 – A defesa não será conhecida quando intempestiva, caso em que se tornará definitiva a aplicação da penalidade.

§1º - Os requisitos formais indicados no art. 34, quando ausentes da peça de defesa apresentada no prazo assinalado no art. 33, deverão ser emendados em dez dias, após sua notificação, sob pena de aplicação da penalidade.”

6 – Compulsando os autos, pode-se verificar que o autuado foi notificado em 10/11/2008, por meio do OF/Nº 896/2008/NAI/DMFA/FEAM, fls. 13 e 14, para emendar a defesa e dentre eles, apresentar cópia do documento de inscrição no Ministério da Fazenda, no prazo de dez dias.

Entretanto, o autuado não atendeu a notificação na forma do artigo 35, §1º, do Decreto nº 44844/2008, não devendo ser conhecida a defesa e, por conseguinte, aplicar-se-á a penalidade imposta no Auto de Infração.

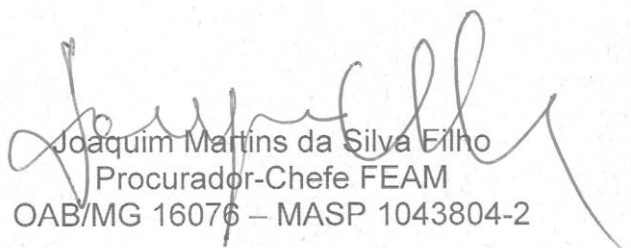
7- Por fim, em consulta ao SIAM constatamos que a atividade permanece irregular diante da legislação ambiental.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, remetemos os autos ao Vice-Presidente da FEAM e sugerimos **a aplicação da multa no valor de R\$ 40.001,33**, nos termos do artigo 87, II e 61, II, “c”, do Decreto nº 44309/2006 e artigo 35, §1º, do Decreto nº 44844/2008 e a manutenção da penalidade de suspensão das atividades.

É o parecer.

Belo Horizonte, 26 de abril de 2010.


Joaquim Martins da Silva Filho
Procurador-Chefe FEAM
OAB/MG 16076 – MASP 1043804-2